Associação dos Engenheiros da Petrobrás
aepet NOTÍCIAS
Rio de Janeiro - Ano XXXVIII - 23-08-01 / Nº 225
Impresso

REFINARIAS

Terceirização ameaça a segurança das unidades

"Quanto maior o número de obras contratadas, menor a qualidade do pessoal desempregado e disponível para a contratação. Existem terceirizados que trabalham na Reduc, por exemplo, há mais de 20 anos. A cada dois anos trocam de uniforme e de firma contratada."

Enquanto a direção da Petrobrás continua o processo disfarçado de privatização das refinarias, propondo a transformação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) em subsidiária e a sua associação com empresas privadas, a exemplo do que ocorreu com a Refap, a Reduc continua com um grande índice de profissionais terceirizados, o que põe em "xeque" a eficácia do setor de segurança da unidade. Atualmente, a participação dos contratados por prestação de serviço já é 50% superior ao efetivo próprio da Reduc, mesmo com a recomendação da comissão que investigou o acidente da P-36, no sentido de que seja aumentado o número de empregados dos quadros fixos da companhia. Só para se ter uma idéia, em março deste ano, o efetivo próprio era de 1.400 pessoas contra 2.100 terceirizados. Este número reflete as condições normais de trabalho.

Qual a diferença básica entre os empregados da Petrobrás e os terceirizados? Os empregados do quadro da empresa são pessoas que passaram por um processo seletivo rigoroso, submetidos a concursos públicos de grande procura. São avaliados física e mentalmente e passaram por avaliação e estágio prático antes de iniciar o trabalho. Anualmente, são submetidos à avaliação médica. Os empregados em áreas perigosas são treinados para dar combate a incêndios e prestar socorro a colegas acidentados. Como a Petrobrás não fez contratações nos últimos anos, a média de experiência do pessoal de operação nas unidades é hoje de cerca de 10 anos e a do pessoal de manutenção, de 15 anos.

Já com os empregados terceirizados, a situação é diferente. Eles são, na quase totalidade, pessoas admitidas após a celebração do contrato com a Reduc. As empresas só os contratam após terem a certeza do aporte de recursos para o pagamento dos salários. Pouco antes do término do contrato, estas pessoas são demitidas. Este procedimento não deixa tempo para a capacitação, o que exige que as empresas busquem, no mercado, estes profissionais já prontos. Alguns contratados são bastante capacitados. Outros não têm o preparo necessário, e a qualidade de mão-de-obra é muito dependente do número de obras. Quanto maior, menor a qualidade do pessoal disponível para a contratação. Existem terceirizados que trabalham na Reduc há mais de 20 anos. A cada dois anos trocam de uniforme e de firma contratada.

Os terceirizados sempre receberam menor remuneração, e têm condições de trabalho muito inferiores às dos empregados da Petrobrás. Os banheiros e vestiários colocados à disposição deles são de baixa higiene e qualidade. O transporte é feito em condições mínimas de atendimento. Apenas no último ano, a Reduc disponibilizou as instalações do seu restaurante para os empregados terceirizados. Isto só foi possível devido à redução do efetivo próprio. Entretanto, as tarefas de maior insalubridade são

alocadas aos funcionários contratados e, algumas vezes, os equipamentos de proteção fornecidos não são suficientes.

Os empregados terceirizados não têm compromisso com a produção da refinaria, pois sabem que a duração do contrato é pequena. Se outra firma está iniciando um contrato, eles trocam de empresa caso estejam ganhando pouco ou em fim de contrato. Os acidentados são atendidos em condições inferiores ao pessoal do quadro próprio, e os acidentes são escondidos da Petrobrás, sempre que possível.

Vamos analisar quem são as firmas contratadas através do regime de terceirização. São empresas tipicamente brasileiras, sujeitas aos altos e baixos da nossa economia e com altos e baixos na qualidade de sua administração. Estas irregularidades acabaram com a maioria das grandes empresas de montagem e manutenção. Muitas fecharam as portas ou foram vendidas, algumas delas empresas de porte, como a Montreal Engenharia e a Ceman. As que restaram, usualmente, apresentam um preço inviável para o atendimento das especificações do contrato e buscam lucratividade burlando estas exigências. Como resultado, a Reduc, por exemplo, é obrigada a manter um grande contingente de pessoal totalmente dedicado a especificar contratos, efetuar licitações, executar a fiscalização, providenciar o pagamento e avaliação do desempenho das contratadas. Também é necessário efetuar o controle do ingresso de pessoas contratadas, a avaliação de histórico criminal destes contratados, a inspeção de veículos, cargas, materiais e ferramentas.

No caso das pessoas contratadas para a área industrial, é necessário ministrar cursos de segurança e fiscalizar o atendimento de todas as exigências contratuais de vestuário, alimentação, atendimento médico e pagamento das obrigações trabalhistas. As empresas contratadas não têm cronograma de capacitação de pessoal. Não trazem novas tecnologias de manutenção e equipamentos mais modernos, por iniciativa própria. Devido ao risco de a contratada burlar as normas e exigências desejadas se não houver fiscalização, a Reduc se obriga a detalhar minuciosamente o contrato e fiscalizar com rigor a sua execução. O não cumprimento de cláusulas contratuais pode não apenas implicar em prejuízo operacional. Pode também envolver a Reduc em questões trabalhistas e fiscais, pois, como contratante, a responsabilidade maior sobre todas as irregularidades que venham a ocorrer é da refinaria. Como o efetivo próprio está diminuindo, a fiscalização se torna menor, e os problemas de contratação aumentam.

Ultimamente, a crise econômica tem reduzido o número e a qualidade das empresas prestadoras de serviço, a ponto de fazer com que a Reduc atrasasse a manutenção de unidades por não encontrar firmas para executar esse serviço. Mas o maior problema da terceirização está no fato de o país ter copiado um modelo que, aparentemente, deu certo no Primeiro Mundo, mas que é inviável no Brasil, onde o mercado é pequeno e não sustenta prestadores de serviço que tenham um quadro fixo de empregados capacitados e treinados. Apenas firmas de limpeza de escritório e banheiros podem ser contratadas, porque todos necessitam destes serviços, ou seja, o mercado é grande.

Já na área de manutenção de refinarias, a situação é muito diferente. No Brasil, só dispomos de 11 refinarias de porte espalhadas em um país de dimensões continentais e com elevados custos de transporte. É muito diferente do mercado exterior. Quem trabalha apenas na costa oeste dos Estados Unidos tem um mercado de 200 refinarias, fora as petroquímicas. Estes grandes mercados sustentam excelentes prestadores de serviço, que têm capacitação, tecnologia e capital. E no Primeiro Mundo, nem todos aderiram totalmente à terceirização. A Itália ainda está concluindo o processo de terceirização nas suas atividades de manutenção.

O blefe da direção da Petros

Os conselheiros curadores da Petros eleitos pelos empregados Ricardo Maranhão e Paulo César Martin estiveram reunidos com o Ministro da Previdência, Roberto Brant, no último dia 7 de agosto, acompanhados de alguns deputados federais.

O motivo da reunião foi a preocupação dos dois curadores em relação às pressões da Petros para que os participantes migrem para o novo plano de contribuição definida ou, como alguns preferem, de benefício indefinido, a toque de caixa.

O ministro se mostrou surpreso com a pressa que a Petros está tentando imprimir ao processo e tranqüilizou os companheiros assegurando que o decreto que vai regulamentar a nova legislação ainda está em fase de discussão e não será publicado antes de 1º de setembro de 2001, prazo que a Petros fixou para a migração.

Informou ainda o ministro que a Secretaria de Previdência Complementar - SPC - ainda está fazendo uma auditoria em vários fundos de pensão - inclusive na Petros - para verificar a situação de cada um. Esta auditoria também não estará concluída antes de 30 dias, o que não combina com a pressa da direção da Petros.

Durante a audiência, o ministro se mostrou perplexo ao saber que a Petros está pressionando até mesmo participantes aposentados a migrarem para o "tal" novo plano. Segundo o ministro, isto é inédito, pois os aposentados já constituíram sua reserva matemática e têm o seu benefício saldado.

Ao findar a audiência, o ministro se mostrou preocupado com a questão e assegurou que vai tomar as medidas cabíveis.

De tudo isto, fica claro que a direção da Petros está blefando com assunto tão sério. Dá pra acreditar nessa gente?

Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - Cep: 20044-900
Tel: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134. correio eletrônico: aepet@aepet.org.br / Página na internet: www.aepet.org.br